

**PROPOSTA DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA ESPECIALIZADA
EM DIREITO PÚBLICO**

DANIELLE K N DOS SANTOS, CNPJ n.º. 49.551.598/0001-04, por meio de sua representante legal, a Bela. Danielle Karine Nunes dos Santos, OAB/PB 24.295 e OAB/PE 61.410, CPF n.º. 070.567.134-83, com endereço profissional localizado na Rua Paulino Soares, n.º.106, 1º andar, centro, na cidade de Itapetim/PE, apresenta a seguinte proposta de serviço de assessoria e consultoria, que poderá ser contratado de acordo com os termos especializados nas seguintes propostas de serviço:

OBJETO

I – OBJETO: contratação de advogado especializado para a execução de serviços técnicos de assessoria e consultoria jurídica junto à Secretaria de Controle Interno da Câmara de Vereadores do Município de Itapetim.

PROPOSTA

II- PROPOSTA:

II.1 – SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA:

01) Preparação de minutas de relatórios de auditoria, ofícios, pareceres e outros documentos essenciais para o funcionamento do Sistema de Controle Interno;

02) Estudo e interpretação de leis, regulamentos e normas relevantes ao controle interno, garantindo que todas as atividades da secretaria estejam em conformidade legal;

03) Orientação quanto à metodologia e legalidade dos procedimentos de auditoria, incluindo a elaboração de planos de auditoria e a definição de critérios de avaliação;

04) Formação da equipe da Secretaria de Controle Interno, promovendo workshops e treinamentos sobre assuntos jurídicos relacionados à integridade, controle e compliance;

05) Emissão de pareceres sobre questões jurídicas levantadas pela equipe de controle interno, esclarecendo dúvidas e oferecendo soluções legais;

06) Acompanhamento e orientação em processos administrativos que envolvam questões legais, incluindo a análise de documentações da fase preparatória do processo de contratação, contratos e convênios;

07) Auxílio na criação e na implementação de políticas e procedimentos que assegurem a integridade e o cumprimento de normas éticas e legais no âmbito da Câmara Municipal;

08) Apoio na elaboração de respostas a questionamentos de outros órgãos ou instituições, assegurando que a Câmara atenda a essas demandas de forma legal e adequada;

09) Assessoria para garantir o cumprimento da legislação relativa à transparência pública, promovendo a correta divulgação de informações à sociedade;

10) Monitoramento e atualização sobre mudanças na legislação que possam impactar as atividades da Secretaria de Controle Interno e a atuação da Câmara Municipal.

III – VALOR DA PROPOSTA: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) em 12 (doze) parcelas de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

IV - DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DA CONTRATAÇÃO:

É juridicamente possível contratação direta de escritório de advocacia para prestação de serviço técnico especializado, destinado a atender às demandas jurídicas e administrativas da gestão pública.

A Lei Federal n.º 14.133/21, em fase de substituição da Lei Federal n.º. 8.666/93, determina o que pode ser objeto dos contratos administrativos, sendo certo que lá está presente a prestação de serviços técnicos especializados, como objeto de contrato a ser celebrado pela administração pública. Neste sentido:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

(...)

Art. 74. É inexigível a licitação **quando inviável a competição**, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meioambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do **caput** deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do **caput** deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do **caput** deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Como norma especial, a Lei Federal n.º 14.039/2020, ao dispor sobre alteração do Estatuto da Advocacia, estabeleceu:

Art. 1º A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

“Art. 3º-A. Os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

Parágrafo único. Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

Portanto, é perfeitamente possível a contratação, mediante processo de inexigibilidade, de serviços técnicos especializados, de natureza advocatícia, por parte de órgãos e agentes da administração pública.

O Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de habeas corpus (HC 86198-9-PR), tendo como relator o ministro aposentado Sepúlveda Pertence, segundo o qual "a presença de requisitos de notória especialização e confiança, ao lado do relevo do trabalho a ser contratado, permite concluir pela inexigibilidade da licitação para a contratação dos serviços de advocacia". O ministro afirmou ainda: "se for para disputar preço, parece de todo incompatível com as limitações éticas e mesmo legais que a disciplina e a tradição da advocacia trazem para o profissional".

O relator afirmou também em seu voto que não cabe falar em competição no caso em questão. "O Código de Ética e Disciplina da OAB veda expressamente qualquer procedimento de mercantilização da atividade advocatícia", afirmou Jorge Hélio Chaves de Oliveira. A proposta foi examinada a pedido do secretário-adjunto do Conselho Federal da OAB, Alberto Zacharias Toron e de outros interessados. Administração Pública não precisa de licitação para contratar advogado.

Assim, não há dúvida acerca da idoneidade da contratação de serviços particulares por entes dos três poderes, através de contratos administrativos. A Administração Pública torna-se cliente da banca de advocacia ou do profissional advogado, como frequentemente é cliente de empresas que oferecem serviços de limpeza, de vigilância, de construção civil, de pavimentação de ruas e estradas, de arte em geral, entre inúmeros exemplos que podem, aqui, ser citados.

Lúcia do Vale Figueiredo, Professora de direito Administrativo, Juíza do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em lúcido comentário aos dispositivos em tela, assim resumiu os pressupostos para a celebração de serviços técnicos especializados com inexigibilidade de licitação:

“Se a notória especialização é uma das exceções à regra da licitação, traz, como consequência, a possibilidade de contratações à revelia do procedimento licitatório. E, assim sendo, há de estar bem evidenciado que se conjugam os fatores necessários a sua validade”:

- a) existência de especialização notória, em síntese, capacidade notória;
- b) necessidade desta especialização, por parte da Administração;”

A “notória especialização”, como visto, deve ser avaliada através de critérios objetivos, sendo certo que tal é recomendado pela própria lei de regência.

A “necessidade” da administração é aferida diariamente, através do bom desempenho dos contratos, a todo tempo exigidos, certos de que seu mau desempenho redundará em frustração dos fins do contrato e, conseqüente, rescisão, nos termos do artigo 77 e seguintes da Lei de Licitações e Contratos.

Por fim, força é alcançar-se o real significado da expressão “natureza singular” dos serviços a serem contratados com inexigibilidade de licitação.

Assim, além da “necessidade” e “satisfação” do serviço público, da “notória especialização” do profissional contratado, exige-se a “singularidade” dos serviços. A doutrina e a jurisprudência muito têm debatido acerca, também, da interpretação relativa a esse requisito.

Equívocos, nesse ponto, também avultam. Singular é, tão somente, aquele serviço que é desempenhado de uma forma particular por cada pessoa. É serviço atrelado à formação intelectual e à personalidade do próprio indivíduo. É serviço não mecânico. É serviço que é desempenhado com “notória especialidade” por cada indivíduo à sua maneira não fungível.

As duas expressões se complementam: “serviço singular” é decorrência natural de “notória especialização”. Advém da formação intelectual do profissional que, por conseguinte, realiza um trabalho de natureza singular. E, como visto a formação intelectual que dá azo à construção da “notória especialização” e compreendida pela Lei 8.666/93 de forma objetiva, através de estudos, experiências profissionais, publicações etc.

Celso Antônio Bandeira de Melo, com o brilhantismo que lhe é peculiar, sintetiza:

“De modo geral são singulares todas as produções intelectuais, realizada isoladamente ou conjuntamente – por equipe – sempre que o trabalho a ser produzido se defina pela marca pessoal (ou coletiva) expressa em características científicas, técnicas e ou artísticas”. (Elementos do Direito Administrativo, ed. 1990, pág. 167).

Na contratação de advogados, as especialidades do trabalho a ser realizado, principalmente se fora do Município e/ou Prefeitura, é que determinarão a exigibilidade ou não de licitação.

O Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB-PB), aprovou, em 31 de março de 2017, a legalidade da contratação de advogados por inexigibilidade de licitação pelas prefeituras paraibanas e o Executivo Estadual.

A decisão do Conselho levou em consideração a Súmula n.º. 05, do CFOAB (Conselho Federal da OAB), o inciso I, do artigo 25 da Lei n.º. 8.666/93, que afirma que é:

(...) inexigível procedimento licitatório para contratação de serviços advocatícios pela Administração Pública, dada a singularidade da atividade, a notória especialização e a inviabilização objetiva de competição.

Ante o exposto, resta plenamente fundamentada a legalidade quanto à contratação dos serviços técnicos especializados, mediante processo de inexigibilidade.

Itapetim/PE, 08 de janeiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 DANIELLE KARINE NUNES DOS SANTOS
Data: 08/01/2025 15:43:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Danielle Karine Nunes dos Santos
Advogada